

## **1. Informações gerais**

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e no NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas sob o nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidade fabril em Artur Nogueira (SP).

### **1.1. Recuperação judicial**

A TEKA protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o nº 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação.

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirografários, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual não foi conhecido, sendo interposto Agravo Interno. Tal recurso (Agravo Interno) não foi provido, ocorrendo a interposição de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados, pelo que foi manejado Recurso Extraordinário, restando este inadmitido, ocorrendo, assim, a interposição de embargos, os quais restaram rejeitados, ocorrendo o manejo de agravo, ainda não apreciado.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” não afastou da Companhia ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da TEKA, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Referido recurso (AI n. 4025521-06.2018.8.24.0000), em 25 de setembro de 2020, teve parcial provimento apenas para confirmar a liminar de fls.7.166/7.177, validando-se a determinação de convocação da assembleia-geral de credores para eleição do substituto da parte agravante (Sr. Frederico).

Importa ainda mencionar geral que, consoante decisão proferida pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, seria realizada, no dia 20 de maio de 2019, ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES, no Ginásio Sebastião Cruz (Galeão), situado na Rua Alberto Stein, s/n., próximo ao Parque Vila Germânica, Bairro Velha, Blumenau/SC.

Todavia, a realização de tal AGC, através da decisão proferida pelo TJSC no 4014278-31.2019.8.24.0000, em que figura como Agravante a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, restou cancelada. A este recurso foi negado seguimento em virtude da perda superveniente de seu objeto.

Em cumprimento a decisão proferida no agravo supracitado, foi designada nova data para realização da AGC, sendo esta realizada em 10 de junho de 2019, ocorrendo a eleição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para o cargo de Diretora Presidente.

No que se refere a AGC, em 07/08/2019, nos autos da RJ, foi, entre outros temas abordados, proferida a seguinte decisão:

*“I - Às fls. 13.915/13.930 a Administradora Judicial apresentou ata da Assembleia Geral de Credores e documentos e requereu sua homologação.*

*Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 14.088).*

**DEFIRO** o pedido e **HOMOLOGO** a decisão proferida pela Assembleia Geral de Credores na qual elegeu a Senhora **Fabiane Paula Esvicero** para o cargo de Diretora Presidente das Recuperandas (fls. 13.931/13.942).”

Como consta das manifestações anteriores, em razão da ausência de trânsito em julgado da decisão que homologou o plano, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

*“a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.*

*b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) “Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei”. Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve “aprovação do Plano pela Assembleia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)”, aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual “Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial”. Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.*

*c) Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).*

*d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.*

*e) Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.*

*f) Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.*

*g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.*

*h) É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.*

Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Classe Credora</b>	<b>Editais</b>	<b>Variação</b>	<b>30/09/2020</b>
Quirografários/T rabalhistas	382.841	147.022	529.863
Garantia real	158.760	52.280	211.040
	<b>541.601</b>	<b>199.302</b>	<b>740.903</b>

Em 2019 a Companhia registrou em despesa R\$ 10.485 decorrente de decisões relacionadas ao processo de Recuperação Judicial.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de outubro de 2020.

### **b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### **d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

## **3. Principais políticas contábeis**

### **3.1 Base de consolidação**

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2020.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA suas controladas em 30 de setembro de 2020, apresentadas abaixo:

		Participação (%)			
		30/09/20		31/12/19	
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Teka Fiação Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

### **3.2 Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

#### **(a) Transações e saldos**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

### **3.3 Instrumentos financeiros**

#### *Tipos de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 30 de setembro de 2020 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

#### *Classificação*

##### *Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.



- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

#### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

#### Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **3.4 Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.6 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

### **3.7 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.



### **3.8 Investimento em controladas**

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

### **3.9 Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

#### **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

### **3.10 Intangível**

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

### **3.11 Redução ao valor recuperável *impairment***

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

### **3.12 Provisões**

#### **Geral**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.14 Impostos sobre as vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o

caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;

- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

### **3.15 Operações com instrumentos derivativos**

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

### **3.16 Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

### **3.17 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.18 Capital social**

#### Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **3.19 Resultado por ação**

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

### **3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

### **3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **3.22 Demonstração dos fluxos de caixa**

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3.23 Demonstrações do valor adicionado**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

## **4. Julgamento e uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

### Contexto e impactos causados pela COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia mundial o surto causado pela doença Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Tal evento culminou em decisões significativas de entes do poder público e privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Objetivando a preservação da saúde e integridade dos colaboradores, as principais medidas adotadas pela Companhia em resposta à pandemia foram:

- Cumprimento das disposições dos decretos dos Estados de Santa Catarina e São Paulo, e da Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Monitoramento na entrada de cada turno com medicação de temperatura e verificação de sintomas;
- Orientações gerais sobre sintomas e procedimentos;
- Cancelamento de workshops e treinamentos internos;
- Suspensão de viagens;
- Formação de um comitê para acompanhamento diário da evolução da situação.

Em virtude dos impactos econômicos causados pela pandemia COVID 19, uma das ações tomadas pela Companhia foi a redução da jornada de trabalho, inicialmente na sua maioria em 70% e em seguida com ajustes adequando os departamentos de acordo com sua demanda. No mês de agosto completaram 120 dias, conforme previsto na MP 936 e as atividades retornaram a sua normalidade.



## TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No início da pandemia houveram vários reflexos como cancelamentos e postergações de pedidos, além de muitas prorrogações de vencimentos de títulos por parte de clientes, principalmente na carteira de Profiline, onde o atendimento é direcionado principalmente a hotéis. O mercado a partir de agosto iniciou uma retomada, com ascensão da carteira de pedidos e reconquista gradativa do volume de vendas.

A recuperação pôde ser observada na receita bruta do terceiro trimestre de 2020 que, quando comparado ao segundo trimestre do mesmo ano representa um crescimento de 80,8%. Outro indicativo também é o comparativo do faturamento do terceiro trimestre com o mesmo período do ano anterior, o qual apresenta similaridade, estando o desempenho de 2020 apenas 5,3% abaixo do apresentado em 2019.

Em relação a inadimplência, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, gradativamente os valores estão sendo recuperados com negociações pontuais com os clientes. Os devidos ajustes em perdas foram reconhecidos de acordo com análise apurada junto ao departamento financeiro.

Os demais impactos que tenham relação com a continuidade e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito, como por exemplo: recuperabilidade de ativos, mensuração a valor justo, provisão e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receita e provisão para perdas esperadas, estão em constante análise pela administração.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Caixa	6	8	13	34
Bancos conta movimento	49	379	161	541
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>55</b>	<b>387</b>	<b>174</b>	<b>575</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

### 6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Contas a receber clientes mercado interno	44.907	51.730	44.681	51.639
Contas a receber clientes mercado externo	2.627	3.437	2.660	3.460
Impairment (provisão para perdas)	(15.780)	(15.898)	(15.852)	(15.969)
<b>Parcela circulante</b>	<b>31.754</b>	<b>39.269</b>	<b>31.489</b>	<b>39.130</b>
<b>Total Geral</b>	<b>31.754</b>	<b>39.269</b>	<b>31.489</b>	<b>39.130</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
<b>Aging list contas a receber de clientes</b>				
Vencidos	464	2.763	587	2.923
A vencer em até 3 meses	27.868	33.678	27.480	33.379
A vencer entre 3 e 6 meses	3.422	2.774	3.422	2.774
A vencer entre 6 meses e 1 ano	-	54	-	54
A vencer acima de 1 ano	-	-	-	-
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>31.754</b>	<b>39.269</b>	<b>31.489</b>	<b>39.130</b>

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
<b>Contas a receber por tipo de moeda</b>				
Reais	29.911	36.407	29.613	36.245
US\$	1.843	2.862	1.843	2.862
Euros	-	-	33	23
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>31.754</b>	<b>39.269</b>	<b>31.489</b>	<b>39.130</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

Adicionalmente a Companhia registrou perdas em virtude dos efeitos decorrentes da pandemia do COVID 19 que levou ao aumento no prazo médio de recebimentos e no volume de títulos vencidos. Porém gradativamente os valores estão sendo recuperados com negociações pontuais com os clientes.

## 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Produtos acabados	5.210	5.173	5.210	5.173
Produtos em elaboração	13.102	12.167	13.102	12.167
Matérias primas e insumos	2.957	2.494	2.957	2.494
Outros estoques	699	642	1.120	1.064
<i>Impairment</i>	(1.499)	(1.445)	(1.499)	(1.445)
<b>Total dos estoques</b>	<b>20.469</b>	<b>19.031</b>	<b>20.890</b>	<b>19.453</b>

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 30/09/2020, R\$ 114 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 137 como de perda de itens obsoletos ou danificados até 30/09/2019), e R\$ 60 como reversão de ajuste a valor de mercado (R\$ 480 como ajuste a valor de mercado até 30/09/2019).

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**8. Tributos a recuperar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
ICMS	1	1	75	120
Imposto de renda	1	1	1	1
IPI	150	160	150	160
PIS/COFINS	-	-	73	94
Crédito reintegra	560	-	560	-
Outros	61	52	100	90
<b>Parcela circulante</b>	<b>773</b>	<b>214</b>	<b>959</b>	<b>465</b>
ICMS	164	87	164	87
Imposto de renda	10.919	10.858	10.919	10.858
PIS/COFINS	2.275	2.261	2.275	2.261
INCRA	1.933	1.921	1.933	1.921
IRPJ/CSLL	671.541	662.750	671.541	662.750
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
<b>Parcela não circulante</b>	<b>691.580</b>	<b>682.625</b>	<b>691.580</b>	<b>682.625</b>

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

**9. Investimento em controladas**

A movimentação patrimonial em 30 de setembro de 2020 está demonstrada a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>39.916</b>
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	1.286
<i>Ganhos ou perdas de capital</i>	-
Ajustes acumulados de conversão	2.347
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>43.549</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nome	País	Patrimônio			Receita Bruta	Resultado	Participação
		Ativos	Passivos	Líquido			
Em 31 de dezembro de 2019							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	55.547	21.538	34.009	-	(4.569)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	5	2	3	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	5.965	-	5.965	-	(10)	99,0000%
		61.517	21.540	39.977	-	(4.579)	
Em 30 de setembro de 2020							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	55.386	20.030	35.356	-	1.348	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	5	2	3	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	8.273	-	8.273	-	(62)	99,0000%
		63.664	20.032	43.632	-	1.286	

**10. Imobilizado**

A movimentação patrimonial em 30 de setembro de 2020 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 1.942 (R\$ 2.231 em 2019) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 20 (R\$ 13 em 2019) como despesas administrativas e o montante de R\$ 7 (R\$ 7 em 2019) como despesas com vendas.

Controladora	Terrenos	Edificações e Instalações	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Taxas cfe. Política de vida útil</b>		<b>2%</b>	<b>2,22%</b>	<b>3,33%</b>	<b>20%</b>	<b>3,33%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>									
Custo	28.662	83.494	162.555	10.358	2.634	1.694	782	30	290.209
Dep. Acum. e Impairment	-	(32.234)	(111.253)	(9.821)	(2.445)	(1.535)	(574)	(2)	(157.864)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>28.662</b>	<b>51.260</b>	<b>51.302</b>	<b>537</b>	<b>189</b>	<b>159</b>	<b>208</b>	<b>28</b>	<b>132.345</b>
Saldo Inicial	28.662	51.260	51.302	537	189	159	208	28	132.345
Adições	-	-	845	5	65	15	9	-	939
Baixas	-	-	(15.447)	(39)	-	(19)	-	-	(15.505)
Reversão de Impairment	-	-	5.197	-	-	-	-	-	5.197
Reclassificações	-	(789)	(472)	-	-	-	-	-	(1.261)
Depreciação	-	(543)	(1.358)	(27)	(29)	(9)	(3)	-	(1.969)
Baixas da Depreciação	-	-	9.362	39	-	15	-	-	9.416
<b>Saldo Final</b>	<b>28.662</b>	<b>49.928</b>	<b>49.429</b>	<b>515</b>	<b>225</b>	<b>161</b>	<b>214</b>	<b>28</b>	<b>129.162</b>
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>									
Custo	28.662	83.494	147.953	10.324	2.699	1.690	791	30	275.643
Dep. Acum. e Impairment	-	(33.566)	(98.524)	(9.809)	(2.474)	(1.529)	(577)	(2)	(146.481)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>28.662</b>	<b>49.928</b>	<b>49.429</b>	<b>515</b>	<b>225</b>	<b>161</b>	<b>214</b>	<b>28</b>	<b>129.162</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terrenos	Edificações e Instalações	Maquinas e Equip.	Ferramentas e Utensílios	Equip Proc Dados	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Taxas cfe. Política de vida útil</b>		<b>2%</b>	<b>2,22%</b>	<b>3,33%</b>	<b>20%</b>	<b>3,33%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>									
Custo	46.724	132.429	234.523	10.727	2.651	1.805	782	30	429.671
Dep. Acum. e Impairment	-	(53.952)	(169.470)	(10.117)	(2.453)	(1.609)	(574)	(2)	(238.177)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>46.724</b>	<b>78.477</b>	<b>65.053</b>	<b>610</b>	<b>198</b>	<b>196</b>	<b>208</b>	<b>28</b>	<b>191.494</b>
Saldo Inicial	46.724	78.477	65.053	610	198	196	208	28	191.494
Adições	-	-	845	5	66	15	9	-	940
Baixas	-	-	(27.323)	(43)	(1)	(24)	(2)	-	(27.393)
Reversão de Impairment	-	-	8.581	-	-	-	-	-	8.581
Reclassificações	-	(789)	(790)	-	-	-	-	-	(1.579)
Depreciação	-	(1.350)	(1.761)	(30)	(30)	(15)	(3)	-	(3.189)
Baixas da Depreciação	-	-	16.832	42	1	20	2	-	16.897
<b>Saldo Final</b>	<b>46.724</b>	<b>76.338</b>	<b>61.437</b>	<b>584</b>	<b>234</b>	<b>192</b>	<b>214</b>	<b>28</b>	<b>185.751</b>
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>									
Custo	46.724	132.429	208.045	10.689	2.716	1.796	789	30	403.218
Dep. Acum. e Impairment	-	(56.091)	(146.608)	(10.105)	(2.482)	(1.604)	(575)	(2)	(217.467)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>46.724</b>	<b>76.338</b>	<b>61.437</b>	<b>584</b>	<b>234</b>	<b>192</b>	<b>214</b>	<b>28</b>	<b>185.751</b>

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 185 milhões (R\$ 190 milhões em 31/12/19).

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

A Companhia registrou reversão de impairment devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda. Desta forma em 30 de setembro de 2020 o montante acumulado de impairment é de R\$ 13.011 na controladora e R\$ 23.276 no consolidado.

**11. Intangível**

Controladora/Consolidado	Direito e Uso	Softwares	Implantação ERP	Total
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Custo	704	499	7.307	8.510
Amortização Acumulada	(704)	(425)	(7.060)	(8.189)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>247</b>	<b>321</b>
Saldo Inicial	-	74	247	321
Adições	-	13	-	13
Amortização	-	(19)	(64)	(83)
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>68</b>	<b>183</b>	<b>251</b>
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>				
Custo	704	512	7.307	8.523
Amortização Acumulada	(704)	(444)	(7.124)	(8.272)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>-</b>	<b>68</b>	<b>183</b>	<b>251</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12. Fornecedores**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Mercado interno	48.477	44.612	48.567	44.699
Prov.juros mercado interno	25.107	21.887	25.215	21.993
Fornec.sujeitos à rec.judicial	304.872	291.797	306.233	293.100
<b>Parcela circulante</b>	<b>378.456</b>	<b>358.296</b>	<b>380.015</b>	<b>359.792</b>
Mercado interno	-	299	-	299
<b>Parcela não circulante</b>	<b>-</b>	<b>299</b>	<b>-</b>	<b>299</b>
<b>Total Geral</b>	<b>378.456</b>	<b>358.595</b>	<b>380.015</b>	<b>360.091</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
<b>Aging list fornecedores</b>				
Vencidos	64.493	57.294	64.667	56.983
A vencer em até 3 meses	8.734	7.525	8.751	8.016
A vencer entre 3 e 6 meses	357	459	364	472
A vencer entre 6 meses e 1 ano	-	1.221	-	1.221
Fornec.sujeitos à rec.judicial	304.872	291.797	306.233	293.100
A vencer acima de 1 ano	-	299	-	299
	<b>378.456</b>	<b>358.595</b>	<b>380.015</b>	<b>360.091</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
<b>Fornecedores por tipo de moeda</b>				
Real	378.456	358.595	380.015	360.091
	<b>378.456</b>	<b>358.595</b>	<b>380.015</b>	<b>360.091</b>

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, certos produtos químicos, embalagens.

**13. Obrigações sociais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Obrigações sociais	797.523	781.390	831.906	815.262
Obrigações trabalhistas	21.291	21.464	21.805	21.981
<b>Parcela circulante</b>	<b>818.814</b>	<b>802.854</b>	<b>853.711</b>	<b>837.243</b>
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	127
<b>Parcela não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>127</b>



**14. Obrigações fiscais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Obrigações fiscais federais	180.026	170.482	206.186	196.357
Obrigações fiscais estaduais	132.019	127.350	132.019	127.350
Obrigações fiscais municipais	23.837	19.827	23.839	19.827
<b>Parcela circulante</b>	<b>335.882</b>	<b>317.659</b>	<b>362.044</b>	<b>343.534</b>
Obrigações fiscais estaduais	881	1.025	881	1.025
<b>Parcela não circulante</b>	<b>881</b>	<b>1.025</b>	<b>881</b>	<b>1.025</b>

**ICMS na base de cálculo PIS e COFINS**

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há cinco anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação, conforme o disposto no artigo 168 do CTN c/c artigo 3º da Lei Complementar nº 118/2005. A ação foi proposta em 14/06/2005.

As asserções acima são efetuadas com observância ao item 12 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019.

**MP 470**

Consonante a decisão proferida no REsp 1490162, foi assegurado a Companhia o aproveitamento da decisão favorável obtida no Mandado de Segurança 5001733-31.2010.4.04.7205 o qual garantiu-lhe o direito de ter examinado seu pedido de parcelamento ou pagamento à vista de débitos, feito conforme moldes delineados na Portaria Conjunta PGFN/RNB Nº 9 de 30 de Outubro de 2009, nas condições previstas no Art. 3ª §2º da Medida Provisória nº 470 de 13 de Outubro de 2009.

Com isso, restou assegurada a liquidação de débitos fiscais federais com uso de Prejuízo Fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido próprios relativos aos períodos de apuração encerrados até a publicação da Medida Provisória supramencionada, devidamente declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil. O montante do débito fiscal federal efetivamente liquidado está sendo apurado.

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**15. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Capital de giro	136.498	128.687	136.498	128.687
BRDE	9.897	8.989	9.897	8.989
Debêntures	172	150	172	150
Sujeitos à recup.judicial	344.336	329.508	344.336	329.508
<b>Parcela Circulante</b>	<b>490.903</b>	<b>467.334</b>	<b>490.903</b>	<b>467.334</b>
Debêntures	2.014	1.942	2.014	1.942
<b>Parcela não circulante</b>	<b>2.014</b>	<b>1.942</b>	<b>2.014</b>	<b>1.942</b>
	<b>492.917</b>	<b>469.276</b>	<b>492.917</b>	<b>469.276</b>

**Taxas**

Capital de giro 1,00% a 6,00% a.m. / 1,00% e 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m

BRDE TJLP + 7,00% a.a.

Debêntures TJLP + 1,50% a.a.

Sujeitos à recup.judicial TJLP + 1,50% a.a.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
<b>Por data de vencimento</b>				
Vencidos	106.536	84.661	106.536	84.661
Em até 6 meses	29.328	42.667	29.328	42.667
De 6 meses a 1 ano	10.703	10.498	10.703	10.498
Acima de 5 anos	2.014	1.942	2.014	1.942
Sujeitos à recup.judicial	344.336	329.508	344.336	329.508
	<b>492.917</b>	<b>469.276</b>	<b>492.917</b>	<b>469.276</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
<b>Por tipo de moeda</b>				
Reais	492.265	467.410	492.265	467.410
US\$	652	1.866	652	1.866
	<b>492.917</b>	<b>469.276</b>	<b>492.917</b>	<b>469.276</b>

**Garantias e avais**

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 185 milhões (R\$ 190 milhões em 31/12/2019).

**Debêntures**

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.328 (atualizado R\$ 2.014) até 30/09/2020 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

**16. Imposto de renda e contribuição social****a) Impostos diferidos**

Em 30 de setembro de 2020 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Provisão IRPJ	-	-	7.307	7.226
Provisão CSLL	-	-	4.107	4.061
<b>Parcela Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.414</b>	<b>11.287</b>
IRPJ sobre diferenças temporárias	24.742	26.453	39.980	42.848
CSLL sobre diferenças temporárias	8.786	9.401	14.271	15.304
<b>Parcela não circulante</b>	<b>33.528</b>	<b>35.854</b>	<b>54.251</b>	<b>58.152</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

**b) Despesas com tributos sobre o lucro**

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>
<b>Conciliação IRPJ/CSLL do resultado</b>				
Resultado antes dos impostos	(97.440)	(109.448)	(99.015)	(109.972)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
<b>Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)</b>	<b>33.130</b>	<b>37.212</b>	<b>33.665</b>	<b>37.390</b>
<b>Conciliação de Impostos Diferidos</b>				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	1.440	462	2.201	787
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	886	142	1.011	218
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	-	689	123
<b>IRPJ/CSLL do resultado do período</b>	<b>2.326</b>	<b>604</b>	<b>3.901</b>	<b>1.128</b>

**17. Provisão para contingências e depósitos judiciais**

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas, e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. Porém no processo de reestruturação que a Companhia enfrenta desde a recuperação judicial, há reflexos como um alto *turnover* de consultores jurídicos e impacta diretamente no controle detalhado dos processos contingentes. Desde

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2018 a Companhia envida esforços a fim de ter no detalhe o acompanhamento de cada processo, mas este trabalho ainda não está concluído devido ao alto volume de litígios. Portanto, abaixo divulgamos nossa melhor estimativa com as perdas prováveis e possíveis das contingências.

A posição em 30 de setembro de 2020 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

<b>Controladora</b>	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>250.802</b>	<b>36.227</b>	<b>20.247</b>	<b>307.276</b>
Constituída durante o período	-	14.170	-	14.170
Atualização	2.694	1.793	16	4.503
Provisões utilizadas	-	(9.192)	-	(9.192)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>253.496</b>	<b>42.998</b>	<b>20.263</b>	<b>316.757</b>

	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Parcela de curto prazo	10.725	25.931	-	36.656
Parcela de longo prazo	242.771	17.067	20.263	280.101
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>253.496</b>	<b>42.998</b>	<b>20.263</b>	<b>316.757</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>250.812</b>	<b>36.684</b>	<b>20.247</b>	<b>307.743</b>
Constituída durante o período	-	14.294	-	14.294
Atualização	2.695	1.793	16	4.504
Provisões utilizadas	-	(9.241)	-	(9.241)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>253.507</b>	<b>43.530</b>	<b>20.263</b>	<b>317.300</b>

	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Parcela de curto prazo	10.736	26.463	-	37.199
Parcela de longo prazo	242.771	17.067	20.263	280.101
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>253.507</b>	<b>43.530</b>	<b>20.263</b>	<b>317.300</b>

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período; cíveis pela variação do IGP-M; e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

**Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes****FISCAIS****ICMS**

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

#### **COFINS**

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

#### **PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS**

##### **INSS**

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

##### **TRABALHISTAS**

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

##### **CÍVEIS**

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

##### **Perdas possíveis**

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

##### **Depósitos judiciais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>
Depósitos judiciais	33.493	32.894	34.281	33.682
<b>Parcela não circulante</b>	<b>33.493</b>	<b>32.894</b>	<b>34.281</b>	<b>33.682</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Contingências ativas**

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 30 de setembro de 2020, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

INSS/SAT/Salário Educação - imunidade	234.616
Créditos de INSS/FGTS	69.326
Eletrobrás	64.526
	<u>368.468</u>

**18. Partes relacionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Encargos</b>
	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>31/12/19</b>	
Cell Participação e Adm.Ltda	7.258	6.402	13.244	12.250	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	16.165	15.468	16.165	15.468	TJLP + 1,5%a.a.
<b>Passivo circulante</b>	<b>23.423</b>	<b>21.870</b>	<b>29.409</b>	<b>27.718</b>	
 Teka Fiação Ltda.	45.462	45.302	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	3.882	2.025	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	266	266	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>49.610</b>	<b>47.593</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

**Remuneração da Administração**

Conforme estabelecido, para 2020 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>
Remuneração do conselho de administração	105	135	105	135
Remuneração da diretoria	357	523	357	523
	<b>462</b>	<b>658</b>	<b>462</b>	<b>658</b>

Neste grupo estão conselheiros de Administração e Fiscal, assim como os Diretores.

**19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)****Capital social**

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:



**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

**Reservas de lucros*****Reservas legal***

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 30 de setembro a Companhia não constituiu reserva legal.

**Outros resultados abrangentes*****Reservas de reavaliação***

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

***Ajuste de avaliação patrimonial***

A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos permanentes efetuada em anos anteriores e o saldo de custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, próprio e de controladas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

**20. Resultado (prejuízo) líquido por ação**

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	30/09/20	30/09/19	30/09/20	30/09/19
<b>Numerador</b>				
<b>Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(63.372)	(72.520)	(63.372)	(72.520)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(31.742)	(36.324)	(31.742)	(36.324)
	<b>(95.114)</b>	<b>(108.844)</b>	<b>(95.114)</b>	<b>(108.844)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>503</b>	<b>503</b>	<b>503</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>				
Ação preferencial	(189,03519)	(216,32300)	(189,03519)	(216,32300)
Ação ordinária	(189,03519)	(216,32300)	(189,03519)	(216,32300)

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**21. Receitas de vendas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>
Vendas mercado interno	96.378	121.373	96.646	121.850
Vendas mercado externo	8.226	8.137	8.226	8.137
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>104.604</b>	<b>129.510</b>	<b>104.872</b>	<b>129.987</b>
(-) Impostos sobre venda	(21.837)	(27.105)	(21.947)	(27.270)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>82.767</b>	<b>102.405</b>	<b>82.925</b>	<b>102.717</b>

**22. Despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>
Depreciação e amortização	2.052	2.334	3.272	3.879
Despesas com folha de pagamento	31.385	39.186	31.616	39.441
Matéria-Prima e materiais gerais	42.770	60.376	42.927	60.753
Frete, comissões e demais despesas variáveis	8.014	9.696	8.014	9.696
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.286)	857	-	-
Financeiras Líquidas	85.581	82.014	86.825	83.886
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9.365	16.786	5.385	13.906
	<b>177.881</b>	<b>211.249</b>	<b>178.039</b>	<b>211.561</b>
<b>Classificadas como</b>				
Custos dos produtos vendidos	65.819	86.997	67.016	88.700
Despesas com vendas	11.567	16.120	11.961	16.562
Despesas gerais e administrativas	6.835	8.475	6.852	8.507
Despesas/receitas financeiras	85.581	82.014	86.825	83.886
Equivalência Patrimonial	(1.286)	857	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9.365	16.786	5.385	13.906
	<b>177.881</b>	<b>211.249</b>	<b>178.039</b>	<b>211.561</b>

**23. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros	(91.636)	(98.453)	(92.753)	(100.260)
Variação cambial	(3.064)	(602)	(3.064)	(602)
Outras despesas financeiras	(937)	(770)	(1.012)	(834)
	<b>(95.637)</b>	<b>(99.825)</b>	<b>(96.829)</b>	<b>(101.696)</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Receitas financeiras**

Juros sobre duplicatas	182	174	182	174
Variação cambial	995	95	995	95
Outras receitas financeiras	8.879	17.542	8.827	17.541
	<b>10.056</b>	<b>17.811</b>	<b>10.004</b>	<b>17.810</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(85.581)</b>	<b>(82.014)</b>	<b>(86.825)</b>	<b>(83.886)</b>

**24. Outras despesas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>	<b>30/09/20</b>	<b>30/09/19</b>
Ajuste a valor recuperável dos estoques	(54)	(616)	(54)	(616)
Ajuste ociosidade	(7.684)	(10.173)	(7.684)	(10.173)
Outras despesas	(6.074)	(6.644)	(5.883)	(4.288)
	<b>(13.812)</b>	<b>(17.433)</b>	<b>(13.621)</b>	<b>(15.077)</b>

**25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros**

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante do cenário de incertezas econômicas que a pandemia global causada pela COVID-19 desencadeou, a Companhia segue acompanhando possíveis impactos na liquidez de suas operações, com o objetivo de identificar e mensurar eventual necessidade de complemento na provisão de perdas com recebíveis apurada nos próximos meses.

**Risco de preço**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

**Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial**

	<b>30/09/20</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
	<b>Variação</b>	<b>-25%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>Ativos</b>				
Clientes no Mercado Externo	1.843	1.382	2.304	2.765
	<b>1.843</b>	<b>1.382</b>	<b>2.304</b>	<b>2.765</b>
<b>Passivos</b>				
Dívida Bancária	652	489	815	978
	<b>652</b>	<b>489</b>	<b>815</b>	<b>978</b>
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	<b>(1.191)</b>	<b>(893)</b>	<b>(1.489)</b>	<b>(1.787)</b>
<b>Exposição Líquida - US\$ Mil</b>	<b>(211)</b>	<b>(211)</b>	<b>(211)</b>	<b>(211)</b>
<b>Taxa Dólar</b>	<b>5,64</b>	<b>4,23</b>	<b>7,05</b>	<b>8,46</b>

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros**

Descrição	30/09/20	Cenário I	Risco
<b>Passivos - Controladora</b>			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	49.338	493	Alta IGPM
TR	1.293	13	Alta TR
TJLP	356.419	3.564	Alta TJLP
Outros	85.867	859	
	<u>492.917</u>	<u>4.929</u>	

**Instrumentos financeiros derivativos**

Em 30 de setembro de 2020 e 2019, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

**Instrumentos financeiros da Companhia por categoria**

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 30/09/2020 e 31/12/2019, são apresentados a seguir:

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 30 de setembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros em 30 de setembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		55	55	Fornecedores		378.456	378.456
Contas a receber		31.754	31.754	Empréstimos e Financiamentos		492.917	492.917
Total		31.809	31.809	Total		871.373	871.373

	Controladora				Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		387	387	Fornecedores		358.595	358.595
Contas a receber		39.269	39.269	Empréstimos e Financiamentos		469.276	469.276
Total		39.656	39.656	Total		827.871	827.871

**Risco de preço de commodities**

A Companhia é afetada pela volatilidade da commodity algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

**26. Informações por segmento**

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>Tecelagem</b>	<b>Fiação</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>82.767</b>	<b>2.583</b>	<b>1.954</b>	<b>87.304</b>
Receita entre segmentos	(1.796)	(2.583)	-	(4.379)
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>80.971</b>	<b>-</b>	<b>1.954</b>	<b>82.925</b>
Depreciação e amortização	(2.052)	(174)	(1.046)	(3.272)
Receitas financeiras	9.994	-	10	10.004
Despesas financeiras	(95.637)	(1.110)	(82)	(96.829)
Provisão IRPJ e CSLL	2.326	67	1.508	3.901
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(94.942)</b>	<b>(1.220)</b>	<b>1.048</b>	<b>(95.114)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>920.185</b>	<b>5.470</b>	<b>53.141</b>	<b>978.796</b>
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	952	-	1	953
<b>Passivo total</b>	<b>920.185</b>	<b>5.470</b>	<b>53.141</b>	<b>978.796</b>

  

<b>Em 30 de setembro de 2019</b>	<b>Tecelagem</b>	<b>Fiação</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>102.405</b>	<b>2.859</b>	<b>2.017</b>	<b>107.281</b>
Receita entre segmentos	(1.705)	(2.859)	-	(4.564)
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>100.700</b>	<b>-</b>	<b>2.017</b>	<b>102.717</b>
Depreciação e amortização	(2.334)	(388)	(1.157)	(3.879)
Receitas financeiras	17.791	-	19	17.810
Despesas financeiras	(99.825)	(1.784)	(87)	(101.696)
Provisão IRPJ e CSLL	604	21	503	1.128
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(105.300)</b>	<b>(2.193)</b>	<b>(1.351)</b>	<b>(108.844)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>897.753</b>	<b>13.937</b>	<b>59.644</b>	<b>971.334</b>
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	307	-	-	307
<b>Passivo total</b>	<b>897.753</b>	<b>13.937</b>	<b>59.644</b>	<b>971.334</b>

## 27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

## 28. Recuperabilidade dos ativos (impairment)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por “impairment”.



**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A - em recuperação judicial**

Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>Contas a receber</b>	<b>Estoques</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>Contas a receber</b>	<b>Estoques</b>	<b>Imobilizado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(15.898)</b>	<b>(1.445)</b>	<b>(18.208)</b>	<b>(15.969)</b>	<b>(1.445)</b>	<b>(31.857)</b>
Constituições (resultado)	(2.101)	(1.334)	-	(2.105)	(1.334)	-
Reversões (resultado)	2.219	1.280	5.197	2.222	1.280	8.581
Baixas contra provisões						
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>(15.780)</b>	<b>(1.499)</b>	<b>(13.011)</b>	<b>(15.852)</b>	<b>(1.499)</b>	<b>(23.276)</b>

A Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, baseado em laudos elaborados, divididos da seguinte forma:

- Fluxos de caixa futuros derivados de uso contínuo dos ativos relacionados
- Máquinas que estão em desuso

A posição de 30 de setembro de 2020 reflete reversão de impairment devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda.

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente a Companhia registrou perdas em virtude dos efeitos decorrentes da pandemia do COVID 19 que levou ao aumento no prazo médio de recebimentos e no volume de títulos vencidos. Porém gradativamente os valores estão sendo recuperados com negociações pontuais com os clientes.

\* \* \* \* \*